

De: Grande Conselho da Aty Guaçu do Povo Kaiowa e Guarani.

Para: Sr. José Eduardo Cardozo – Ministro da Justiça.

Sr. Ministro.

O grande Conselho da Aty Guaçu, representando através deste documento todas as Terras Indígenas Kaiowa e Guarani do Mato Grosso Do Sul, apoiado pelo Conselho Continental da Nação Guarani - CCNAGUA, APIB, Conselho Terena entre outras organizações indígenas anuncia que nós, povos Kaiowa e Guarani estamos em processo de Retomada de nossos Territórios Tradicionais. Estamos dispostos a morrer pelas nossas terras e denunciemos que nosso fim se encontra próximo. Mas mesmo frente à morte não recuaremos e nossa posição, é inegociável. Até hoje esperamos e respeitamos pacientemente os prazos, promessas, TACs e acordos firmados com o Governo e com a Justiça para que nossas Tekoha fossem demarcadas sem a necessidade de qualquer tipo de conflito. Nos dez, vinte ou trinta anos que esperamos, vivemos em beira de rodovias ou esmagados pelas fazendas enquanto os ruralistas se beneficiaram explorando as riquezas de nossos territórios. Pagamos um preço alto demais por isso. Nossas crianças morreram de fome ou por falta de questões básicas, nossos velhinhos adoeceram e também pereceram, nosso povo viveu humilhado e foi massacrado por fazendeiros e pelas próprias condições de desumanidade que enfrentamos. Com a paralisação das demarcações o resultado de nossa espera foi nulo e até hoje nossos velhinhos morrem sem poder acessar em vida nossas terras sagradas. Neste tempo todo de espera, assistimos e sentimos na pele o empoderamento dos fazendeiros, que hoje com as decisões da justiça, do Estado e do Governo, que são contrárias ao nosso direito previsto na constituição, passaram a nós atacar com cada vez mais força e raiva todos os dias. A certeza dos ruralistas de que nosso povo não possui nenhuma proteção faz com que eles se sintam a vontade para nos atacar em plena luz do dia sem nenhum tipo de constrangimento. Inclusive neste momento, que este documento esta sendo entregue, muitas aldeias no Mato Grosso Do Sul estão a ponto de serem massacradas e dizimadas por pistoleiros. Estamos novamente frente a um genocídio anunciado no Mato Grosso Do Sul. Em Kurussu Ambá, aldeia localizada no município de Coronel Sapucaia, após nosso povo retomar um pequeno pedaço de nosso território para que possamos plantar e combater a fome de nossos filhos e filhas, mais de 100 pistoleiros estão reunidos em uma fazenda vizinha, todos armados e nos atacando todos os dias de forma direta. Já queimaram e destruíram nossos barracos e dispararam contra nosso povo. Eles prometem abertamente, inclusive na frente de juízes e autoridades locais, que irão nos matar. O histórico de assassinatos de nossas lideranças, dez nos últimos sete anos, nos dão a certeza de que eles não estão mentindo e só esperam o melhor momento para cumprir com suas promessas. A polícia Federal, mesmo com determinação Judicial para atuar não foi até agora à nossa área, ficando nosso povo entregue ao terror e sofrendo grave risco de morte. Para piorar existe uma reintegração de posse marcada para despejar nosso povo no dia 26 deste mês. Informamos que resistiremos tanto aos policiais quanto aos fazendeiros mesmo que isso custe nossas vidas. Não retornaremos para nossa antiga situação pois seria o mesmo que escolher outro tipo de morte para nosso povo. Nosso sofrimento vem sendo denunciado por organizações de Direitos Humanos a mais de dois anos. Como Alem de Kurussu ambá outras comunidades enfrentam situações drásticas. Na aldeia de Guaiviry, próxima ao município de Amambaí, após o inicio das audiências que busca esclarecer a verdade a respeito da morte de

Nísio Gomes, importante liderança de nosso povo, a comunidade é vigiada madrugada inteira por caminhonetes dos fazendeiros vivendo estado de coerção e terror. Pyelito Kue por sua vez encontra-se completamente cercada e os disparos contra esta comunidade são diários. Estas e muitas outras Tekoha estão gravemente ameaçadas de verdadeiros extermínios. Toda esta situação gera outro tipo de sofrimento para nós. Sem terra e em meio aos conflitos, muitas crianças, velhinhos e até adultos morrem por falta de atendimento e de mínimas condições de vida. Nossas crianças sofrem sem ter acesso pleno a educação e saúde e vivem um estado de constante preconceito por causa dos desmontes de nossos direitos e a ausência de nossas Tekoha. Não tendo outra escolha, passamos a lutar para sobreviver e iremos retomar nossos territórios. Reforçamos que estamos dispostos a morrer coletivamente no estado do MS caso nossos direitos não sejam garantidos. Denunciamos Também que a Operação Guarani não tem condições algumas de nos prestar qualquer tipo de proteção. É constituída de apenas dois agentes que não possuem nem ao menos porte de armas sem equipamento algum. No mesmo sentido a atuação da Força Nacional é inexistente. Existem muitos veículos e unidades no MS, porem permanecem estacionadas junto as sedes da Funai o dia inteiro deixando nossas aldeias a disposição da ira dos fazendeiros. Estamos por nossa conta e o conflito para nós se apresenta inevitável. Nossa única esperança para uma resolução pacífica é a intervenção direta do Ministério da Justiça e dos órgãos responsáveis por garantir a nossa segurança. Não desejamos a guerra mas não recuaremos. A sobrevivência ou extermínio de nosso povo é uma decisão que cabe ao Governo Federal.

Frente a este cenário de desespero e aflição de nosso povo, nos reunimos no dia 15 de outubro de 2014, com o Senhor Marcelo Veiga representando o Ministério da Justiça junto também a presidência da Funai. Ficou acertado que o Ministério da Justiça se compromete com as seguintes pautas em ordem de prioridade:

- a) Ingressar imediatamente com o pedido de anulação do processo de reintegração de posse contra Kurussu Ambá para impedir a tentativa de despejo dos Kaiowa e Guarani, medida a qual resistiremos mesmo que isto cause nossa morte. Que ao mesmo tempo encaminhe pelos meios necessários a ida da Polícia Federal ou da Força Nacional imediatamente à Kurussu Ambá. O risco de sermos atacados pelos jagunços de forma definitiva é enorme e o ataque pode acontecer a qualquer momento. A ida destes órgãos a nosso Tekoha e o acompanhamento deles é a única medida que pode fazer os pistoleiros recuarem evitando uma catástrofe anunciada. Caso contrário, anunciamos que ocorrerá uma verdadeira guerra entre nosso povo e os pistoleiros ou que teremos que resistir até mesmo contra a polícia federal em caso de reintegração de posse. Anunciamos que outras aldeias já estão mobilizadas e lutarão junto com o povo de Kurussu Ambá contra a retirada da comunidade de seu território tradicional. Em casos de tiros contra nossa comunidade, como neste e muitos outros casos, é necessária a imediata investigação e apreensão de armas por parte dos órgãos policiais.
- b) Dialogar com a Força Nacional e Polícia Federal e encontrar medidas para que exista um programa de acompanhamento em caráter de ação mais ostensiva e com maior contingente destes órgãos nas áreas e rotas de fronteira que hoje estão ameaçadas de despejos forçados pelos pistoleiros e jagunços dos fazendeiros. São elas: Kurussu Ambá, Guaiviry, Yvy Katu, Pyelito Kue, Sombrierito, Arroio Corá e

Ipo'y. Se isto não acontecer em breve teremos de denunciar novas mortes e genocídios sofridos pelo nosso povo.

- c) Dialogar com a Força Nacional e Polícia Federal e encontrar medidas para que exista um programa de acompanhamento mais efetivo em relação a outras áreas que se encontram em perigo constante de conflito no Mato Grosso do Sul como é o caso de Guirá Kambiy'i, Laranjeira Nhanduru, Passo piraju, apykai, Taquara, pacurity entre tantas outras. Denunciamos que no MS existem 36 veículos da Força Nacional, porem que estes veículos estão parados junto a sede da FUNAI de Dourados enquanto nosso povo vem sendo massacrado. É um total absurdo e desrespeito a vida e aos Direitos Humanos.
- d) Que será providenciada audiência entre o Sr. Ministro da Justiça e membros das Aldeias Kaiowa e Guarani para a data mais urgente possível para que sejam tratadas outras medidas de segurança que são vitais para nosso povo.

Novamente deixamos claro que estamos em processo de retomada pelo juto cumprimento de nosso direito, que não recuaremos mesmo sabemos que nosso povo esta ameaçado de um genocídio coletivo que pode começar a qualquer momento. . A partir desta data, tendo ciência destes fatos, o Governo será responsável por qualquer dano sofrido pelo nosso povo. A decisão esta nas mãos da Justiça e do Governo Federal.

Brasília, 16\10\2014.

gtagomes - conselheiro ATy GUASSU

Luzelia Almeida guarany

Dulacilio Gomes Conselho de Guaranis

NILTO

LEONEL LOPES

Diego Martins

Dasmi Martins

Ismael Martins ATy Guassu

CELIA LOPES

Cileno Fernando P.

Daniel Lemes dos Reis

Diego Fernandes

Maria Wichalva

Jefferson Wichalva Maciel

Selma V. Vasquez

Abur Rentes

Carla Lopes

Alfreda Lopes / Zequiel

Getulio Lucas Aty Guassu

Luzelia Almeida

Edna Lemes

Celina da Silva

Leide Vasquez

Ozeia Martins

Stenato Gomes

Giselle Martins

ALONSO SILVA ATy Guassu

Tito Villos - Guypa mox

Miriguela de Almeida
Jaqueline Daniel Goncalves

Fida da Silva

Ariane Coutinho

Yáa

Kimberley Fernandes

Dionisio Gonsalves - Cacique
CPF 017.339.371-37
Aldeia Arroio Corá
Paranhos-MS

Adalfo Barbosa de Almeida

As demandas apresentadas ao Bureau Especial do
Ministro da Justiça, Marcelo Viegas, serão levadas a
reunião com os órgãos de segurança competentes
na semana entre 20 a 24/10/2014.

Luciano